ACTA N.º 4/2010 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente JOÃO SALGUEIRO, secretariada pelo Secretário Municipal NEUZA JOSÉ DOS REIS MORINS, achando-se presentes os Vereadores Senhores, JÚLIO JOÃO CARREIRA VIEIRA, ALBINO PEREIRA JANUÁRIO, ANABELA DOS SANTOS MARTINS, LUÍS MANUEL COELHO DE ALMEIDA, RUI AUGUSTO MARQUES DA SILVA PEREIRA NEVES E RITA ALEXANDRA SACRAMENTO ROSA CEREJO
À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade reunir extraordinariamente dia um de Março do corrente ano, pelas dezassete horas, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto 1 – Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal da Realização de
Operações Urbanísticas;
Município de Porto de Mós;Ponto 3 – Projecto de Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Águas, de Tratamento de Águas Residuais e da Recolha de Resíduos Sólidos do Município de Porto de Mós
OBRAS PARTICULARES
Deliberado isentar

Deliberado aprovar o número de estacionamentos propostos, com a abstenção do Vereador Júlio João Carreira Vieira
PROC.º N.º 463/2007 – REQUERENTE – Fábrica da Igreja Paroquial de São João, requer a isenção das taxas devidas pela emissão da Licença de Autorização de Utilização, do edifício destinado a fins turísticos ou culturais a casa de pastos, sito em Cabeço de São Miguel, freguesia de São João
Deliberado isentar as taxas referente à licença de utilização
DIVERSOS
CONTRATOS DE COMPRA DE ENERGIA ELÉCTICA – UNIDADES DE MICROPRODUÇÃO – MP2009004462, MP2009004533, MP2009009257, MP20094739, MP2009004756 E MP2009004941 – Deliberado aprovar e autorizar o Senhor Presidente da Câmara a outorgar os contratos
REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE PORTO DE MÓS – Deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.
EVENTUAL IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO, PROMOÇÃO E INTERLIGAÇÃO DO NOSSO CASTELO EM PARCERIA COM O CIBA – CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE ALJUBARROTA – Presente uma proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhores Júlio João Carreira Vieira e Luís Manuel Coelho de Almeida, no seguinte teor:
Considerando as vantagens inerentes à ligação do nosso concelho à figura mítica de D. Fuas Roupinho e à importância histórica de Nuno Álvares Pereira, a quem pertenceram estas terras entre 1385 e 1422.
Considerando a importância do sector do turístico no desenvolvimento económico do concelhoConsiderando a importância estratégica da criação duma Marca identificadora das
características e potencialidades do nosso concelho, cada vez mais relevante no contexto da globalização

A CRIAÇÃO DUM PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO, PROMOÇÂ INTERLIGAÇÃO DO CASTELO EM PARCERIA COM O CIBA APROVEITAMENTO	
PATRIMONIO CULTURAL / NATURAL COMO MARCAEstabelecer um Protocolo de colaboração e parceria estratégica com o CIBA, para	
divulgação, promoção e desenvolvimento do Centro de Interpretação e do concelho;	
Elaboração de Roteiro Cultural / Natural do concelho: Castelo – Ciba – Grutas – Parque Natural – Fórnea – Estrada Romana – Arco da Memória – Minas da Bezerra – Rota dos	
Moinhos – Circuito de Miradouros;	
Criação de Flyers, folhetos e brochuras;	
Elaboração e desenvolvimento de programa educativo no Castelo;	
Publicação de obras selectivas sobre a história e o valor do nosso património	
cultural e natural;	
Interligação dos circuitos de visita ao CIBA e ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, com a recreação do percurso das tropas, entre o Castelo e o CIBA;	
Divulgação do novo roteiro e dum filme promocional - " Porto de Mós – Terra de	
encantos secretos", com divulgação em Fátima, Praias do Distrito, cinemas a nível das grandes Cidades;	
Criação, com os municípios vizinhos de Pombal, Ourém, Leiria, Batalha, Alcobaça	
e Obidos, da rota dos castelos góticos, para a integração em roteiros e itinerários monumentais; -	
Requalificação da antiga fonte do Castelo e de toda a zona envolvente – parque de	
lazer – parque de estacionamento;Garantir o funcionamento dos serviços de cafetaria e restauração nas suas	
imediações com parcerias públicas e privadas;	
Criação de espaços envolventes para venda de artesanato;	
Criar a Área do Marketing – Lançar uma MARCA – Porto de Mós – "A terra de	
encantos secretos	
Don't do M' - 11 do Francisco do 2010	
Porto de Mós, 11 de Fevereiro de 2010	
Júlio Vieira	
Luís Almeida."	
O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Vereador Júlio Vieira para que este apresentasse o projecto proposto pelo Partido Social Democrata	
Interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira referindo que o Concelho de Porto de Mós	
tem muitas potencialidades em termos de património natural e que durante os últimos vinte ou	
vinte cinco anos o Concelho viveu em termos económicos de dois sectores fundamentais, dos têxteis em Mira de Aire e das cerâmicas um pouco mais para baixo e também um pouco da	
pedra e alguma coisa da agricultura, mas de facto oitenta por cento do emprego do Concelho era	
suportado pelas cerâmicas e pelos têxteis e durante muitos anos não houve preocupação com o	
emprego. À realidade alterou-se e esses dois sectores estão com dificuldades e entendem que no	
Concelho as potencialidades turísticas não têm sido aproveitadas. Referiu que passam no eixo entre Nazará a Fátima cerca de dois milhões de passas por ano, a grande majoria delas passa no	
entre Nazaré e Fátima cerca de dois milhões de pessoas por ano, a grande maioria delas passa no Concelho de Porto de Mós e nem se apercebe disso. O CIBA o ano passado aproximou-se dos	
setenta mil visitantes e a maioria das pessoas que vão ao CIBA desconhecem que o mesmo faz	
parte do Concelho de Porto de Mós, assim como ao mosteiro da Batalha vão cerca de	
quatrocentas mil pessoas por ano e a grande maioria delas não vem ao Concelho de Porto de	
Mós. Acrescentou que Porto de Mós está a cerca de vinte quilómetros de Fátima que tem em	

média cerca de quatro a cinco milhões de visitantes por ano e por isso entende que faria todo sentido apostar na divulgação e valorização do que é o Património Histórico e Natural do Concelho e como é evidente a opinião dos Vereadores do Partido Social Democrata passa por valorizar e estreitar relações com o CIBA. Acrescentou ainda que lhe choca passar ao CIBA e não ver nenhuma referência a Porto de Mós, nem aquilo que é o património do Concelho, por isso entende fazer todo o sentido apostar-se numa aproximação àquela entidade no sentido de trazer mais turistas a Porto de Mós e valorizar e divulgar o Património existente e tentar recuperar, por exemplo, o trajecto das tropas do Castelo até lá cima, pois essa seria a forma mais fácil de incentivar as pessoas a virem a Porto de Mós, referindo que existe um comboio a levar os turistas ao Mosteiro da Batalha mas não têm nenhuma indicação a Porto de Mós nem nada que as incentive a vir até cá. Portanto, entende que faria todo sentido um protocolo com o CIBA que permitisse a divulgação do Património e do Castelo do Concelho e por outro lado ajudar à projecção do próprio sítio que também precisa de se afirmar. Entende que o CIBA bem aproveitado poderia trazer a Porto de Mós turistas de todo país e até da Europa, daí fazer todo sentido estudar a possibilidade de estabelecer alguma relação de proximidade e divulgação do castelo ou de outro património existente no Concelho. Por outro lado Porto de Mós não é um concelho conhecido e isso tem reflexos em termos de investimento económico e turístico. Por isso, entende que se deveria fazer publicidade junto aos hotéis e Santuário de Fátima, nas praias no verão, por exemplo, o que poderia trazer muitos turistas. -----------Interveio a Vereadora Dra. Rita Cerejo questionando o que é que em concreto teria o protocolo com o CIBA, quais as cláusulas a incluir. -----------O Sr. Vereador Júlio Vieira respondeu que sugeria que se propusesse, entre outras coisas, a divulgação das quatro ou cinco belezas naturais ou do património divulgados no CIBA, e que o Centro se comprometesse ele próprio a divulgar e a incentivar as pessoas a virem a Porto de Mós, que se recupere o trajecto das tropas para que as pessoas não se habituem a ir só à Batalha ver o mosteiro mas também a Porto de Mós ver o Castelo. Outra proposta seria que a história da batalha e o trajecto das tropas fosse contado em folheto e até em filme para a divulgação do Concelho. Entende que Porto de Mós merece um projecto de marketing que afirme o concelho num contexto regional e até nacional, porque de facto Porto de Mós é um dos Concelhos à volta que tem mais património. -------Interveio o Sr. Vereador Albino Januário referindo que teve uma reunião na Região de Turismo e foi distribuída uma brochura de promoção turística com cerca de dez folhas e que lhe agradou muito, por exemplo, a forma como é tratado o castelo de Porto de Mós, bem como a promoção do Concelho que não desvanece no conjunto de todos os outros, reforçando que se trata de uma brochura bonita e apelativa. Acredita que a Região de Turismos Leiria/Fátima tem uma estrutura bem montada e suportada parcialmente por todos os contribuintes com os impostos destes e é essa estrutura que se tem que manter operacional pois é ela que tem o Know-How. Quanto ao turismo entende que existem cerca de meia dúzia de operadores turísticos mundiais que vendem turismo e acredita que não vendem o castelo de Porto de Mós porque ninguém o compra e se vêm ao Mosteiro da Batalha é porque compraram previamente um circuito paralelo que inclui o mesmo. Acrescentou que o Turismo, sobretudo o Património Natural de Porto de Mós, está muito bem promovido na Região de Turismo. -----------Interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira referindo que em 1999 conheceu pessoalmente e teve por várias vezes com o Sr. Pereira Júnior, numa altura em que já estava com imensos problemas de saúde e que Obidos o que tinha era exactamente um tipo de turistas que agregados a um operador turístico conheciam um ou dois países da Europa faziam dois ou três roteiros monumentais, de natureza ou outros e só, o problema é que a característica do turismo está a mudar muito. Hoje em dia já são muitos aqueles que através da Internet pesquisam o seu próprio roteiro, escolhem o circuito que querem fazer e chegam ao aeroporto alugam um carro e vão para onde querem e é aí que entra a capacidade de divulgação e afirmação das terras. Acrescentou que se Porto de Mós estiver limitado a uma Região de Turismo com a dimensão daquela a que pertence entende que estará sempre limitado, até porque por muito bem que esteja divulgado será sempre diluído no contexto dos outros. Referiu ainda que na altura o Sr. Pereira Júnior tinha o mesmo pensamento que o Sr. Vereador Albino

Januário está a transmitir e chegou a falar várias vezes com ele sobre isso e Óbidos o que tinha era o Turismo de passagem apenas e o que lá foi feito foi uma estratégia de marketing. Referiu ainda que uma média empresa não pode viver hoje sem uma estratégia de marketing e de divulgação dos seus próprios produtos, assim como a Câmara também tem que planear uma estratégia de marketing tendo em conta todo o património que o Concelho tem, assim como Óbidos tornou possível as idas ao Castelo com um programa educativo que não é caro de implementar e que entende haver possibilidade da Câmara promover programas desses em Porto de Mós
O Sr. Vereador Júlio Vieira referiu que não fica aos domingo em Porto de Mós, dado que não existem actividades em Porto de Mós e acrescentou que Porto de Mós também está a ficar deserto.
O Senhor Presidente da Câmara interveio referindo que as propostas que vierem são bem-vindas e cita que existem já vários projectos a serem desenvolvidos, como por exemplo, o Programa RUCI – Rede Urbana para a Competitividade e Inovação do Pinhal Litoral apresentado pela CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, e que tem a ver com as redes urbanas para a competitividade e inovação, sendo que ao mesmo tempo a Câmara apresentou também uma candidatura que foi aprovada e que tem a ver com a Revitalização e Requalificação da Zona Histórica de Porto de Mós.————————————————————————————————————
O Sr. Vereador Júlio Vieira interveio referindo que o que se está a falar é de uma situação que vai demorar anos a afirmar Porto de Mós. A Câmara tem cerca de 390 funcionários, e entende que precisava de alguém com formação em marketing, que defina uma estratégia de afirmação em termos de concelho a médio prazo
O Senhor Presidente referiu que a Câmara tem neste momento uma estagiaria nessa área e que ainda esta semana fez um trabalho promocional sobre Porto de Mós. Acrescentou que se pretende, a partir de agora, com a parceria que temos com a Região de Turismo, definir uma estratégia de promoção, referindo que neste momento está a saber preços de folhetos promocionais para Porto de Mós e também para um filme publicitário e serão duas questões que dentro de cerca de um mês estarão decididas
Solicitou para intervir o Senhor Vereador Luís Almeida referindo que a Batalha aproveitou o CIBA para a promoção do concelho e de facto Porto de Mós poderia também aproveitar o mesmo para a promoção do Concelho
acontece é que muitos dos turistas que vão a Fátima, vão também à Batalha e apenas 10% vão

ao CIBA e voltam para a Batalha e é isso que se tem que tentar inverter, no sentido de qu também venham a Porto de Mós, e aí sim, tem que se promover turisticamente Porto de Mós
O Senhor Presidente da Câmara deu por terminada a discussão deste ponto d ordem de trabalhos, dizendo que de facto esta é uma questão que está a ser acompanhada com Fundação e com a Região de Turismo Leiria/Fátima e dentro de algum tempo irá have desenvolvimento sobre a questão levantada, tendo o Senhor Vereador Júlio Vieira referido qu continua a defender que a Câmara deveria ter uma estratégia própria de afirmação do Concelho
EVENTUAL IMPLEMENTAÇÃO DO CARTÃO DO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO, COMO FORMA DE PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO VOLUNTARIADO – Presente uma proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socia Democrata, Senhores Júlio João Carreira Vieira e Luís Manuel Coelho de Almeida, no seguint teor:
Considerando que o Presidente da Câmara é o primeiro responsável pela protecçã civil no concelho;
Considerando as dificuldades crescentes no recrutamento de novos Bombeiro Voluntários;
Considerando que a protecção civil no concelho tem sido assegurada sobretudo por Bombeiros Voluntários, que de forma graciosa, muito tem dado ao concelho.
Considerando que a promoção do Voluntariado tem retorno assegurado, evitand uma aposta no profissionalismo
Considerando que será mais económico apostar na valorização e promoção d voluntariado que na crescente profissionalização dos corpos de Bombeiros
Considerando a importância do reforço dos actuais corpos de Bombeiros d concelho na área da protecção civil, acrescido ao papel que tem em termos sociais e formativos.
Propomos:CRIAÇÃO DO CARTÃO DO "BOMBEIRO VOLUNTÁRIO"
Com os seguintes benefícios associados:Isenção do fornecimento de água da rede pública até ao limite de 10m3/mês – 1° 2° Escalão - a cada Bombeiro na habitação do próprio ou do seu agregado familiar;
Redução de 50% na ligação de água da rede pública;
permanente;Redução de 50% na licença de construção de casa própria para habitaçã
permanente;
Isenção de pagamento de mensalidade no acesso do Bombeiro às piscina municipais para manutenção da sua condição física;
organizados pelo Município;Apoio de 30% na aquisição dos livros escolares, nos anos lectivos relativos escolaridade obrigatória em vigor, para os filhos dos Bombeiros no activo;
Porto de Mós, 11 de Fevereiro de 2010
Luís Almeida."
O Senhor presidente referiu que em relação ao cartão de bombeiro voluntário, uma questão extemporânea, dado que teve uma reunião com os bombeiros à cerca de 15 dias

estando já a ser preparado um regulamento em conjunto com as três corporações de bombeiros Há um compromisso que já assumiu de rever o pagamento mensal que já está a ser tratado
estando a ser preparado um regulamento com as formas de apoio ao Bombeiros
Interveio o Senhor Vereador Júlio Vieira referindo que de facto a indicação que
tem é que a Câmara não reúne há algum tempo com os bombeiros e que têm um pedido feito
sobre este assunto.
O Senhor Presidente interveio referindo que já reuniu com os bombeiros dia 03 de
Fevereiro de manhã e que de facto tem outro pedido agendado, tendo o senhor vereador Júlio
Vieira referido que então poderiam discutir o assunto que propôs nessa reunião
O senhor Presidente referiu que a Câmara tem apoiado os Bombeiros e que
actualmente até está a pagar 50% do vencimento de cinco bombeiros da Equipa de Intervenção
Permanente desde Setembro.
O Senhor Júlio Vieira interveio dizendo que os bombeiros já tinham pessoal a
tempo inteiro e não foi só agora, tendo o Senhor Presidente reforçado que agora tem cinco
bombeiros pagos pela Câmara e pela Associação Nacional de Protecção civil em 50% cada
O Senhor Júlio Vieira questionou qual foi o assunto da reunião que os bombeiros
pediram para agendar no dia 17.
O Senhor Presidente respondeu que a reunião que solicitaram para agendar é
ampla, tendo várias questões a definir.
O Senhor Vereador Júlio Vieira interveio referindo que apresentou uma proposta
concreta de apoio ao voluntariado e gostava de saber se concordam com ela ou não
A Vereadora Dra. Rita Cerejo interveio referindo que esta questão seria de incluir
no Banco Local de Voluntariado, porque os bombeiros podem inscrever-se como entidade
promotora do voluntariado
O Senhor Vereador Júlio Vieira referiu que a proposta não tem a ver com isso, está
relacionada com o voluntariado em relação aos bombeiros. Existe cada vez mais necessidade de
recrutar jovens com 17/18 anos para os bombeiros e estes não querem até porque as exigências
são muito elevadas, como por exemplo, têm que ter 300 horas obrigatórias de formação por ano
Logo, se não houver incentivos aos jovens, estes não vão para os bombeiros, tendo o Sr
Vereador referido que os incentivos que propõe são os seguintes:
Isenção do fornecimento de água da rede pública até ao limite de 10m3/mês – 1° e
2º Escalão - a cada Bombeiro na habitação do próprio ou do seu agregado familiar;
Isenção da Taxa de Disponibilidade de Utilização;Isenção da Taxa de Recolha do Lixo;
,
Redução de 50% na ligação doméstica de esgoto à rede pública;
Redução de 50% na ligação de água da rede pública para habitação própria e
permanente;
Redução de 50% na licença de construção de casa própria para habitação
permanente;Isenção de pagamento de mensalidade no acesso do Bombeiro às piscinas
municipais para manutenção da sua condição física;
Isenção de pagamento nas entradas dos eventos desportivos, culturais e sociais organizados pelo Município;
Apoio de 30% na aquisição dos livros escolares, nos anos lectivos relativos à
escolaridade obrigatória em vigor, para os filhos dos Bombeiros no activo;
O Senhor Presidente referiu que a maioria dos bombeiros já beneficia desses
incentivos, como é o caso do apoio na aquisição dos livros escolares, que já se verifica na
realidade
O Senhor Vereador Júlio Vieira interveio questionando se o Sr. Presidente tem
conhecimento que esta proposta custa cerca de 0,1% do orçamento, o que equivale a
aproximadamente 25.000,00€
Após discussão, foi deliberado não aprovar a proposta, com os votos contra dos
Senhores Vereadores do Partido Socialista, dado que a situação está a ser analisada com os
Communication i organization do randido documenta, quantido a ciliadean esta a del anomanto tanti un

Corpos de Bombeiros do Concelho e oportunamente virá à Câmara uma proposta de apoio ao voluntariado.
ÁGUA INQUINADA COM AREIA – Presente uma informação da Eng. do Ambiente, Patrícia Carreira, no seguinte teor:
Deliberado indemnizar cinquenta por cento do valor apresentado
Não vejo qualquer inconveniente na colocação dos referidos sinais e nos locais mencionados no mapa em anexo, desde que os sinais cumpram as normas exigidas no Regulamento de sinalização, isto é, seja utilizado o sinal H13a ou H13b conforme o posto tenha ou não combustível GPL.
Sem mais de momento, deixando para analise e decisão de Vossa Ex.a."
Deliberado aprovar.
FINANÇAS MUNICIPAIS
TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do movimento dos fundos, por intermédio do Resumo Diário da Tesouraria.
COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À CERCILEI – COOPERATIVA DE ENSINO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE LEIRIA, C.R.L. – Presente uma fax da entidade mencionada em epígrafe a solicitar uma comparticipação financeira no montante de dez mil euros, destinada a fazer face às despesas com a construção do CAO – Centro de Actividades Ocupacionais. ————————————————————————————————————
Deliberado atribuir o apoio financeiro de dez mil euros.
Deliberado atribuir o apoio financeiro no montante de novecentos euros

CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM O OBJECTO DA CONCESSÃO
DE UM APOIO FINANCEIRO PARA APLICAÇÃO PELO BENEFICIÁRIO DA OPERAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA VILA DE PORTO DE MÓS — Deliberado ratificar a assinatura do Senhor Presidente da Câmara no referido Contrato de Financiamento.
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – Presente uma informação do Assistente
Técnico, Luís Santos, no seguinte teor:
Desta forma as principais alterações que proponho são as seguintes:
Assim junto em anexo um plano de alteração da sinalização nessa zona, procurando com ele facilitar a circulação rodoviária durante o tempo em que as obras decorram
Após a análise de Vossa Ex.a, relembro que este assunto deve ser depois levado o mais urgente possível à reunião de executivo para decisão e por sua vez homologação da sinalização a colocar
Se por qualquer razão precisarem de algum esclarecimento adicional para melhor entenderem o plano, estarei ao dispor Sem mais de momento, deixando para analise e decisão de Vossa Ex.a."
Deliberado aprovar
SEGUNDA AVALIAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS (CÓDIGO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – CIMI) – REMUNERAÇÃO DO VOGAL NOMEADO PELA CÂMARA MUNICIPAL – Presente uma informação da Chefe de Divisão de Economia e Finanças, no seguinte teor:
Em cumprimento do atrás exposto foi deliberado por reunião de Câmara de 16/04/2009, a nomeação do Engº António José de Jesus Ferreira como vogalEstabelece o nº 14 do artigo 76º do CIMI com as alterações introduzidas pelo art.
93° da Lei do Orçamento de Estado para o ano 2009, que a remuneração do vogal nomeado é da responsabilidade da Câmara Municipal
das Finanças, entre outras, as remunerações dos peritos regionais designados nos termos do nº 2 do artigo 76º do referido Código. Pelo exposto e sendo a Câmara Municipal a entidade responsável pelo pagamento ao vogal nomeado, proponho que seja fixado para o mesmo a
remuneração atribuída aos peritos regionais e fixada por despacho do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, conforme circular nº 154/2009 da Direcção – Geral de Finanças, que junto anexo
Contudo V. Exa. Decidirá."

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS – CÂMARA MUNICIPAL

Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas po unanimidade.
ENCERRAMENTO – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declaro encerrada a reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou presente Acta.
